

E-Revista de Estudos Interculturais do CEI – ISCAP

N.º 3, maio de 2015

OS RETORNADOS – AGENTES DA INTERCULTURALIDADE COLONIAL

Eurico Barros

CEI – Centro de Estudos Interculturais

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Artigo realizado no âmbito da Bolsa de Integração na

Investigação Científica e Desenvolvimento - IPP/Santander Totta

euricobarros82@gmail.com

Resumo

A questão dos retornados é ainda uma questão sensível na nossa sociedade. Alguns de nós conhecemos alguém, familiares ou amigos, que tiveram de fugir do Ultramar. No espaço de poucas décadas, o território ultramarino passava de Terra Prometida a pesadelo, com milhares de colonos a terem de regressar à metrópole, muitos apenas com a roupa que traziam colada ao corpo.

Este artigo divaga sobre as razões pelas quais se iniciou a colonização de África, enumera os principais problemas da ocupação efectiva, principalmente no início do século passado, e fala sobre a vida social e económica no Ultramar até à independência dos territórios, com foco no caso angolano. Aborda ainda histórias contadas na primeira pessoa de situações sobre a fuga das colónias até à chegada a Portugal.

Palavras-chave: Retornados; História de Portugal; Ultramar; Guerra Colonial; Angola; Moçambique; Estado Novo.

Abstract

The issue of the returnees is still a sensitive one in the Portuguese society. Some of us know someone, relatives or friends, who had to escape from the war overseas. Within a few decades, the overseas territory shifted from Promised Land to nightmare, with thousands of settlers returning to the metropolis, many of them only having what they were wearing.

This article presents the reasons behind the colonization of Africa, lists the

central problems of the land occupation, mainly in the beginnings of the last century, and talks about the economic and social life overseas until the independence of the African territories, focusing on Angola's case. It also tells stories in the first person about the escape from the colonies until the arrival in Portugal.

Keywords: Returnees; History of Portugal; Overseas; Colonial War; Angola; Mozambique; Estado Novo.

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Apresentação do projecto | 6 |
| Breve história da colonização em Angola | 7 |
| Capítulo I - O projecto da colonização do III Império Português | 8 |
| A pós-independência do Brasil | 8 |
| O início da ocupação do território | 8 |
| O povoamento de Angola – Quem deveria ser o <i>verdadeiro</i> ocupador?..... | 9 |
| O projecto colonial entre a 1ª e a 2ª Guerra Mundial | 10 |
| Capítulo II – A vida em Angola desde o pós-Segunda Guerra Mundial até à fuga para a metrópole, após a independência..... | 13 |
| Breve nota introdutória | 13 |
| Motivos e requisitos para partir da metrópole rumo às colónias | 13 |
| O medo de embarcar | 14 |
| A chegada a Angola | 15 |
| Dificuldades nas cidades do interior | 17 |
| A vida social e empreendedorismo do colono | 18 |
| O negro e a sua posição na sociedade..... | 20 |
| A relação entre o negro e o branco | 22 |
| Capítulo III – A guerra e a fuga para Portugal | 25 |
| O surgimento dos movimentos independentistas..... | 25 |
| A Guerra Colonial..... | 26 |
| Os colonos e a guerra..... | 28 |
| As razões da fuga para a metrópole | 30 |
| As peripécias da fuga | 31 |
| A chegada a Portugal | 33 |
| De volta às (novas) origens..... | 34 |
| O legado cultural..... | 35 |

| | |
|----------------------------|----|
| Considerações finais | 38 |
| Bibliografia..... | 40 |

“A humildade é a base da sociedade.” – Franz Kafka

Apresentação do projecto

A questão dos retornados é ainda uma questão sensível na nossa sociedade. Todos nós conhecemos alguém, familiar ou amigo, que teve de fugir de Angola para escapar aos massacres provocados pelas guerras entre as facções do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e mais tarde da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), após a proclamação da independência em 1975.

Foram tempos de pesadelo, onde a incerteza e o medo pairavam no ar. Um tempo onde famílias se separaram, muitas sem saberem se algum dia se voltariam a ver. Milhares de pessoas morreram em virtude da sede de poder, muitas delas permaneceram nas ruas a apodrecer durante dias. Valia tudo! Nas fugas deixava-se tudo o que levara anos a construir. Fugia-se sem se olhar a meios, pelas matas, de dia e de noite. O importante era fugir e chegar a Luanda para sair de Angola, sem saber bem o que fazer depois de estar no avião ou no barco.

Se a fuga fora agreste, o regresso não fora melhor. Muitos voltaram para a metrópole, sem dinheiro, sem perspectivas de futuro e muitos até sem esperança. Sujeitos a toda a espécie de discriminação e ao olhar desconfiado dos habitantes da metrópole, muitos foram aqueles que sucumbiram à realidade. Muitos foram obrigados a partir novamente para outras paragens. Os que ficaram, e habituados a uma vida sem apertos, viam-se de repente marginalizados pelo país que os vira nascer.

Com este projecto, pretendo falar um pouco da vida dos colonos e “retornados” / “ex-colonos” portugueses, os seus costumes, as suas rotinas, quer em Angola, quer em Portugal, e mostrar as diferenças e o choque cultural de um conjunto de pessoas habituadas a um estilo de vida e até a um clima diferentes.

Breve história da colonização em Angola

Portugal, durante séculos, foi um império imenso que proliferou por todos os continentes. Tudo isto se deveu à bravura dos nossos navegadores que, durante os chamados “descobrimientos”, ocuparam vastos territórios, desde as Américas, passando por África, até à Ásia.

O século XIV foi o início de tudo, partindo-se em busca de novos territórios por razões económicas, sociais e comerciais. Na segunda metade desse século, todos esses factores levaram a crer que a solução estava no mar. A pouco e pouco o império ia crescendo com a colonização e a exploração dos territórios encontrados durante o tempo dos Descobrimientos. Adjacente aos propósitos referidos anteriormente, também a Igreja Católica tinha grande interesse na expansão portuguesa. Posto isto, não foi muito difícil obter o financiamento para os megalómanos projectos marítimos que os poderes actuantes em Portugal tinham para o seu Reino.

A descoberta de territórios como o Brasil ou a Índia fizeram com que o império português se tornasse um dos mais poderosos e ricos do mundo. Fomos o centro das rotas comerciais marítimas durante séculos.

Contudo, fomos perdendo força ao darmos independência a algumas colónias. Em 1822 Portugal vê o Brasil tornar-se independente, sendo proclamado D. Pedro, filho de D. João VI, como Imperador.

Foi o início do declínio imperial, que terminou em 1974, com o golpe militar que depôs o regime do Estado Novo.

Capítulo I - O projecto da colonização do III Império Português

A pós-independência do Brasil

Após a independência do Brasil, Portugal teve de se agarrar às outras colónias que detinha na altura, para compensar a enorme perda. O Brasil era visto como a jóia da coroa, dada a quantidade de riqueza que detinha, nomeadamente o ouro que era trazido para Portugal, e que era tão importante para o Império Luso. Tal como outras colónias africanas, Angola era utilizada para o comércio de escravos, sendo que a maioria deles era enviada para o Brasil. Com a independência do Brasil, houve um drástico decréscimo de entrada de escravos, o que fez com que alguns negreiros portugueses, à altura negociantes no Brasil, regressassem a Portugal. O território angolano ocupado pelos portugueses, no início do séc. XIX, era limitado a uma estreita faixa ao norte do Cuanza, de Luanda a Ambaca, a que se juntavam algumas povoações *hinterland* de Benguela, isoladas entre si, designadamente *Caconda* e *Quilenges* (Alexandre, 1998:54)

A exploração de Angola deveu-se, tal como foi dito, à separação do Brasil do Império Português, servindo como uma compensação por essa perda, mas também como uma prova de que o Império não necessitava do Brasil para continuar estável. Para além disso, era defendido que o caminho a seguir deveria ser o de aproveitar a mão-de-obra que existia em África - e que fora o alicerce para a construção do Brasil - para trabalhar as terras, “civilizando” assim aquela região, que tanto potencial tinha, poupando-se dinheiro e rentabilizando recursos.

Assim, na segunda metade do séc. XIX, ainda no rescaldo da crise luso-brasileira, a Real Coroa Portuguesa começa a trabalhar no intuito de aproveitar ao máximo todos os pontos da rota marítima da costa Angolana. O tráfico de escravos já não rendia tanto como no início do século e, aliado à procura de géneros africanos, começou-se a pensar na criação de um sistema produtivo em Angola e, desde aí, exportar para a metrópole toda a produção. Foi nesta altura que as primeiras companhias portuguesas começaram a estabelecer-se em Angola, explorando os recursos lá existentes.

O início da ocupação do território Angolano

No final do séc. XIX deu-se início à ocupação efectiva de Angola, após a Conferência de Berlim, a qual definiu a organização formal do distrito do Congo

(Alexandre, 1998:193). Durante as décadas seguintes, procedeu-se à chamada “pacificação” do território, o que na realidade significava controlar os vários povos de nativos que viviam por toda a Angola. No período que marcou a ocupação, Portugal depara-se com a resistência das populações locais perante o poder colonial, opondo-se à implantação de postos militares e à apropriação dos seus bens. Portugal teve também que defender as colónias africanas dos interesses de outros países, nomeadamente da Alemanha, durante a 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Aliás, a defesa das colónias foi uma das razões para a entrada de Portugal na guerra. Nesta altura, parte do território angolano ainda não tinha uma ocupação efectiva, havendo pontos em que nem uma sólida representação lusa existia.

Ainda antes da queda da monarquia, Paiva Couceiro, considerado o obreiro das “campanhas de pacificação” e governador de Angola, dedica especial atenção ao problema do povoamento daquela província com população portuguesa estável (Castelo, 2007:51). Paiva Couceiro tratava Angola como uma província portuguesa, mas acreditava que no futuro haveria uma colonização estável, dadas as potencialidades de algumas zonas. Aponta os planaltos de Moçamedes e de Benguela para iniciar a colonização nacional (Castelo, 2007:51), pois tinham condições climatéricas semelhantes às da metrópole, tornando assim mais rápida a adaptação dos colonos à nova realidade. O projecto de Paiva Couceiro para a colonização consistia em vários pontos, um dos quais era começar a colonização junto à linha de caminho-de-ferro de Benguela, desde que esta fosse viável. Outros pontos passavam pela assistência médica e religiosa aos colonos, pelo desbaste de terreno para construção das fazendas e habitações, pelo apoio económico aos colonos, até estes venderem as suas primeiras colheitas, e pelo ensino.

O povoamento de Angola – Quem deveria ser o *verdadeiro* ocupador?

Nomes como Pereira do Nascimento ou João Almeida, este último governador da província do Huíla nos últimos anos da monarquia, eram apologistas do projecto de colonização defendido por Paiva Couceiro. Ambos argumentavam que a verdadeira colonização de Angola deveria consistir na ocupação do território pelos comerciantes, agricultores e industriais, para estes explorarem o potencial das colónias, e não somente por militares. Com esta ocupação, Angola poderia tornar-se uma extensão de Portugal. Defendiam igualmente que, em pouco tempo, Angola se tornaria uma colónia rentável,

caso se apostasse na canalização de emigrantes da metrópole para África, em detrimento do Brasil.

Outros, porém, achavam absurda a ideia de que deveriam ser os colonos brancos a explorar e a trabalhar as terras em Angola. Afonso Costa, presidente do Partido Republicano Português, argumentava que nas colónias ultramarinas havia muita mão-de-obra que poderia ser utilizada e que, em Angola, quem deveria trabalhar eram os nativos, apostando na formação destes, para depois trabalharem para empresas portuguesas com capital. Outros, como António Enes, defendiam a continuação da emigração de portugueses para o Brasil, argumentando que o sistema económico já estava montado. Além disso, acreditava que, tal como no Brasil, os colonos acabariam por deixar a agricultura nas colónias africanas e voltariam à metrópole ou doentes ou na ruína. Existiam também os que preferiam manter os possíveis colonos em Portugal. Oliveira Martins dizia que em Portugal havia muita terra a ser trabalhada e que dar liberdade e um salário ao negro era o mesmo que dar-lhe poder e colocar em risco o processo de colonização portuguesa no futuro. Outra questão era que, caso se apostasse na colonização africana, o Brasil deixaria de ter o cunho lusitano (Castelo, 2007:52).

Embora persistissem algumas dúvidas sobre as políticas da colonização branca, elas foram sendo dissipadas nos anos seguintes ao início do povoamento de Angola, já que nas primeiras duas décadas do século XX a população nesta colónia mais do que duplicou, de acordo com dados do Anuário Estatístico de 1940, da Repartição Central de Estatística Geral (Castelo, 2007:59).

O projecto colonial entre a 1ª e 2ª Guerra Mundial

Muitas foram as mudanças e ajustamentos durante o período após a 1ª Guerra Mundial. A I República cai em 1926, com um golpe militar; surgiu a “Grande Depressão” de 1929, que teve implicações na vida das colónias e emergem as imposições da Sociedade das Nações¹ (SDN), bem como a questão nacionalista, que teve como expoente máximo o nazismo.

Entre a implantação e a queda da I República, Portugal partiu para a exploração

¹ [Sociedade das Nações] - Criada em 1919 na sequência da Primeira Guerra Mundial e dissolvida em 1946, após o final da II Guerra Mundial. Proposta pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson para assegurar a paz, pela interposição de organismos de negociação e arbitragem entre as potências desavindas, ([http://www.infopedia.pt/\\$sociedade-das-nacoes](http://www.infopedia.pt/$sociedade-das-nacoes), acessado em 25-03-14).

concreta dos territórios ultramarinos, iniciando o processo de povoamento das mais variadas zonas de Angola, e concebeu um sistema económico arrojado, que iria trazer graves consequências económicas. Este sistema era baseado na construção de infra-estruturas, na ajuda financeira ao estabelecimento da população branca e no aparecimento dos primeiros focos de comércio e indústria, principalmente no planalto de Benguela.

Com a criação da SDN, esta impôs algumas medidas a serem adoptadas pelos Estados que detinham colónias, entre as quais a sua maior autonomia, o fim do trabalho forçado e a exploração de todo o território colonial. A República teve de criar legislação que abolia teoricamente a escravatura - que na prática continuava a existir - tal como se viu no relatório do sociólogo Edward Ross, que denunciava práticas muito próximas da escravatura (Castelo, 2007:62). Foi nesta altura que, sob pressão da SDN, Portugal teve, de uma vez por todas, de ocupar todo o território, sob risco de o perder para Belgas e Sul-Africanos.

Em 1926 dá-se o golpe militar que acaba com a República. O novo regime vai dar um novo impulso ao desenvolvimento das colónias. Não irá cortar, numa primeira fase, com o trabalho até ali feito, mas pretende iniciar a nacionalização e a centralização dos poderes das colónias, de modo a criar uma sustentabilidade económica, algo que a administração republicana não conseguiu criar, o que fez disparar a dívida do país. Com Salazar, é criado o “Pacto Colonial”, um conjunto de medidas tendo em vista a rentabilização das colónias, que extingue o alto-comissariado para as colónias, criado pelo deposto regime republicano, substituído pela figura do governador-geral ou da colónia. São proibidos os empréstimos contraídos a entidades estrangeiras, sendo somente feitos pela metrópole e em casos estritamente necessários. Este pacto vai também limitar o poder de decisão dos recém-criados cargos dos governadores-gerais, cujas decisões mais importantes serão sempre tomadas pelo Conselho de Estado ou pelo Ministério das Colónias. Em matéria de aprovação de orçamentos, serão estes dois organismos que procederão à autorização e estipulação dos montantes. É igualmente retirada a concessão de privilégios e funções a empresas estrangeiras e toda a produção feita será para consumo da metrópole.

Mesmo durante o período pós golpe militar até ao início da II Guerra Mundial, as colónias africanas sob domínio português continuavam a ser apetecíveis e, já em pleno Estado Novo, este vai adoptar medidas de consciencialização para a questão colonial. Estas passam por exposições e conferências até ao ajustamento dos manuais

escolares. O intuito do Estado era que o povo defendesse as colónias e que as visse como parte de Portugal e eliminar as correntes anticolonialistas, algo que só se veio a verificar nos últimos anos do Estado Novo.

No início da década de 1950, cerca de 20 000 portugueses emigravam por ano para Angola e Moçambique, mas ainda assim, quase metade desses emigrantes regressavam por não se terem adaptado. A maioria dos emigrantes vinha do continente (cerca de 79%), sendo que a maior parte era do sexo masculino (Lobato, 1953). As medidas adoptadas pelo Governo começavam a dar os seus frutos.

Capítulo II – A vida em Angola desde o pós-Segunda Guerra Mundial até à fuga para a metrópole, após a independência

Breve nota introdutória

Neste capítulo irei abordar a vida dos colonos na sociedade angolana, falar sobre a vida social e económica, e as relações com os indígenas.

Para além de testemunhos presentes em várias obras, fiz igualmente entrevistas a famílias que viveram em Angola no período pré e pós-independência, onde me narraram o seu estilo de vida e caracterizaram um pouco a sociedade do período colonial e da transição para a independência e pós-independência.

Motivos e requisitos para partir da metrópole rumo às colónias

A ida para as colónias devia-se, na grande maioria das vezes, a razões económicas. Os salários eram melhores em Angola e Moçambique, os preços dos produtos eram igualmente mais baixos, comparados com os da metrópole, e havia muita oferta de trabalho. Contudo, não era muito fácil partir para as colónias nas primeiras vagas de emigração, somente podiam ir aqueles que tinham a chamada “carta de chamada”, ou seja, um intermediário que vivia numa das Colónias, que se responsabilizava pelo sustento do novo colono nos primeiros tempos e lhe arranjava trabalho (Pinto; Faria, 1996: 46)

Este intermediário era normalmente alguém da família, que já estava estabelecido e era conhecedor da sociedade da colónia onde vivia. Era frequente esta pessoa ser a única conhecida do emigrante na colónia e ser o único elo de ligação com a nova realidade.

O próprio Governo incentivava a ida de portugueses para as colónias, principalmente os mais jovens, pois via estes futuros colonos como agentes da evolução da colónia e parte importante na educação dos indígenas.

Antes da partida, o emigrante tinha de ter a consciência de que teria de se adaptar a uma realidade totalmente diferente, quer a nível de clima, quer a nível de comodidades. No entanto, tentava-se fazer crer que a nova realidade não seria tão má como parecia, pois naquela altura (inícios do séc. XX), quer Angola, quer Moçambique,

tinham condições mais precárias do que a metrópole e essa ideia tinha de ser combatida. O novo colono tinha de ter igualmente a consciência de que, ao ir para as colónias, iria criar aí a sua família e viver lá o resto da vida, levar a sua companheira branca, se a tivesse, ou casar-se com uma branca que vivesse igualmente na colónia, pois o importante era continuar a reproduzir a raça branca, considerada superior à indígena.

Se o governo incentivava a ida do português para África, também impunha uma série de regras. Para além da chamada “carta de chamada”, o candidato a colono tinha de ter um emprego certo e superior ao dos indígenas, devia ter espírito de iniciativa e não viver às custas do Estado, que veria isso como um rebaixamento aos olhos dos nativos, pois sendo branco, o colono teria de ser sempre superior em tudo (Castelo, 2007:249). Para além disto, eram reprovadas condutas menos próprias, como a falta de valores morais, a concorrência desmedida com outros colonos comerciantes ou até a violência sobre os nativos. O Governo da metrópole pretendia uma acção solidária e conciliadora, uma sociedade colona de unidade.

O medo de embarcar

Apesar de alguns portugueses se terem fixado em Angola e Moçambique, ainda imperava o medo naqueles cujo destino era aquela terra desconhecida e perigosa. Eram normais os boatos de que o clima fora dos planaltos era muito hostil e que destruiria o europeu em pouco tempo.

Eram muitas as mães que vertiam lágrimas sem parar quando viam os filhos partir, porque acreditavam que o filho ia para um local degradante, imundo, cheio de doenças e inúmeros perigos (Castelo, 2007:254).

De facto existiam esses perigos, mas muito tinha já sido feito para combater as condições precárias em que os primeiros colonos viviam. Desde logo era dada formação aos futuros colonos antes de partir. Esta formação incidia sobre matérias como o clima, higiene², vestuário, condições económicas e sociais ou o papel da mulher branca. Era também aconselhado ao colono a ida para os chamados planaltos, por terem um clima idêntico àquele a que o europeu estava habituado. Os banhos deviam ser tomados várias

²A partir do final da década de 1940, era dado ao futuro colono um livro de “Noções de higiene colonial” (Castelo, 2007:254).

vezes por dia e em água corrente³. As casas deviam ser arejadas e com relativa distância das matas e dos pântanos, para evitar os insectos.

Apenas nas grandes cidades é que já estava implementada uma rede sanitária consistente. No interior ainda havia um défice de assistência médica e de educação, em virtude da pouca fixação de colonos brancos. Somente existiam alguns funcionários do governo que para ali eram enviados.

Nas zonas mais urbanas como Luanda, Carmona (Uíge) ou Nova Lisboa (Huambo), na década de 1960, já existiam algumas infra-estruturas importantes, como hospitais e escolas, assim como uma boa rede rodoviária e ferroviária. Os portos de Luanda e do Lobito estavam a ser alvo de melhoramentos. Isto deveu-se aos Planos de Fomento implantados pelo Governo, incorporados no “Pacto Colonial”, cujo principal objectivo, a partir dos anos 60, era a industrialização das colónias.

A chegada a Angola

Ao chegar a Angola o sentimento do colono era ambíguo. Se por um lado existia medo por não conhecer bem a realidade do local onde tinha acabado de chegar, por outro deliciava-se com as paisagens, o modo de vida das pessoas e o próprio clima, que por ser agradável aproximava as pessoas.

Porém, as maiores dificuldades prendiam-se também com o clima. Em algumas zonas, nomeadamente na zona do Lobito, o clima era tão húmido que era necessário tomar banho com frequência ao longo do dia. Contudo, em outras zonas, como em Nova Lisboa, o clima era idêntico ao da metrópole. Um dos entrevistados compara o clima dessa região com o clima de “final de primavera em Portugal”.

Esse mesmo entrevistado chegou a Angola em Maio de 1972 para trabalhar numa empresa de mobiliário. Viajou sozinho, deixando o resto da família em Portugal. A ideia era ter alguma estabilidade financeira e depois juntar o resto da família, o que veio a suceder nove meses depois. Ao chegar a Nova Lisboa, ficou hospedado numa pensão. A primeira impressão foi de espanto por as coisas serem muito baratas e em abundância. Também o convívio e a abertura das pessoas eram motivo de estranheza. O mesmo sentimento teve o resto da família quando chegou. Não conseguiam acreditar que, pagando tão pouco, podiam ter muito:

³ Banhos em lagos, rios e outros locais com águas paradas eram proibidos, devido ao perigo de contrair doenças letais.

“Uma vez, nos primeiros dias, estava com um amigo meu daqui de Portugal e fomos beber umas cervejas e petiscar qualquer coisa na pensão onde estava alojado. Quando fui para pagar a conta, nem queria acreditar no valor que o senhor me disse. Apercebi-me aí de que o custo de vida lá era muito mais baixo que o daqui, fiquei maluco!”

O mesmo sucedeu com o resto da família quando chegou:

“Quando a minha mulher chegou com os catraios, fomos a uma feira, o que nós aqui chamamos festa, e havia lá uma churrascada onde estavam a grelhar umas febras, mas era cada naco de carne, que quando ela soube quanto íamos pagar pela refeição, não queria acreditar.”

Outra das grandes dificuldades de quem chegava, vindo da metrópole, era a língua. Apenas os colonos mais antigos e os filhos, que já haviam nascido em Angola, sabiam como comunicar em Quimbundo⁴. Numa das entrevistas, o pai da entrevistada, que ajudava a mulher na mercearia dos sogros em Carmona, por não compreender bem a língua, narrou situações muito caricatas:

“O meu avô tinha uma fazenda e uma loja na cidade, onde trabalhavam os meus pais. O meu pai como não percebia bem o Quimbundo, trazia muitas vezes os produtos errados aos pretos que lá iam e então eles, às vezes, brincavam com o meu pai.”

Outro dos entrevistados também contou que teve de aprender algumas palavras em Quimbundo, principalmente para fazer as compras, o que lhe evitou situações como a seguinte:

“Pouco tempo depois de a minha mulher ter chegado, um dia apareceu uma rapariga preta com uma bacia com ananás para vender. A minha mulher queria alguns e perguntou-lhe quanto custava. O problema é que a rapariga não conseguia perceber o que a minha mulher dizia. E eu ria-me porque a minha mulher lhe tentava explicar o que queria dizer e a rapariga não havia meio de entender. Então, como já conhecia algumas frases, lá lhe disse quanto custa em quimbundo.”

Para quem vinha da metrópole, outro dos motivos de admiração era ver muitos negros nas ruas, o que, para além de provocar espanto, acabava por criar alguma insegurança a quem lá tinha acabado de chegar. Um dos entrevistados refere que, nos

⁴ O Kimbundu ou Quimbundo é uma língua africana falada no noroeste de Angola, incluindo a Luanda. É uma das línguas bantas mais faladas em Angola e é actualmente uma das línguas nacionais. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Kimbundu>, acedido em 08/05/2014.

primeiros tempos, olhava sempre para todos os lados com medo que lhe acontecesse alguma coisa:

“Uma das minhas primeiras impressões foi eu descer a avenida principal e olhar sempre por cima do ombro a ver se vinha algum preto atrás de mim. Mas depois habituei-me a eles.”

Dificuldades nas cidades do interior

Como referido anteriormente, as condições de vida nas cidades como o Lobito ou Luanda eram boas, devido às infra-estruturas ali criadas, tal como nas cidades do litoral. Mas para quem era forçado a retirar-se para o interior, ou por falta de emprego, ou porque para aí era destacado, era necessário ter um enorme espírito de sacrifício, pois a vida não era fácil. O medo era muito, porque dada a falta de condições sanitárias, havia uma maior probabilidade de contrair doenças, muitas delas fatais, como a malária.

Havia falta de tudo e o pior era o isolamento a que os colonos eram sujeitos, pois em algumas regiões eram os únicos brancos a lá viver. Recolhi alguns testemunhos no livro de Cláudia Castelo, *Passagens por África*, entre eles o caso de uma senhora, mulher de um chefe de posto da povoação de Lufico, no norte de Angola. Numa das passagens do governador-geral da altura, desabafou com este o quanto era difícil viver ali. Era um local isolado, onde os únicos brancos que lá viviam eram ela, o marido e o filho, sendo que, quando o marido se ausentava durante vários dias, ficava sozinha com o filho.

Outro dos exemplos passava-se no posto do Gungo, no distrito de Cuanza Sul, onde a entrevistada também se queixava do isolamento e da urgência de ver outros brancos. Também dizia que *“os dias eram sempre iguais. Quando se ouvia um ruído de um carro para mim era um dia diferente”*.⁵

Também no mesmo depoimento, a entrevistada contou que, em trinta anos pelo interior de Angola, só no Dombe Grande é que conseguiu ter assistência médica digna desse nome, pois até então a saúde era uma fonte de inquietação, principalmente a dos filhos. O que lhe valia, segundo o seu testemunho, eram os “milangos”, que eram remédios caseiros feitos à base de plantas, raízes, cascas de árvore e que eram sugeridos por vizinhos mestiços ou pelo cozinheiro negro (Castelo, 2007:256).

⁵ Depoimento retirado do livro *Passagens por África* (Castelo, 2007:256).

A vida social e o empreendedorismo do colono

Como referido anteriormente, a vida em Angola e nas restantes ex-colónias africanas era próspera. O custo de vida era baixo e os salários elevados. Por vezes atingiam o dobro dos praticados na metrópole, como afirmou um dos entrevistados:

“Eu estava hospedado numa pensão e pagava 1200\$00 por mês, com cama, comida e roupa lavada, mas ganhava o dobro e às vezes mais do dobro. Não podia querer melhor. A única coisa que faltava era a família nos primeiros tempos.”

Nos recursos consultados para elaborar este artigo, quase todos eles fazem referência ao denominado “espírito angolano”, que era caracterizado pela descontração na vida do dia-a-dia e a abertura das pessoas, o que proporcionava boas relações pessoais e inter-raciais. Essa abertura de espírito também se devia ao facto de, nos primeiros tempos, o emigrante português na colónia estar sozinho, tendo necessidade de conviver com outras pessoas, principalmente da mesma raça. Este espírito fomentava muito também a integração dos negros, de quem falarei mais à frente. Contudo, nem todos os colonos tinham essa abertura, principalmente nas primeiras vagas de emigrantes após a Segunda Guerra Mundial.

A educação no Ultramar era muito escassa nas primeiras duas décadas do século XX. Seria o Estado Novo a desenvolver uma rede de escolas, nas maiores cidades de Angola. Esse desenvolvimento teve o apoio da Igreja Católica, através das suas missões por território ultramarino. Estas criavam escolas primárias para os filhos dos colonos e de alguns filhos de indígenas mais cultos. No período de 1956 a 1970, a criação de estabelecimentos de ensino teve um enorme aumento. À excepção do ensino técnico e profissional, todos os outros tipos de educação tiveram um aumento da construção dos respectivos estabelecimentos de ensino. As relações entre os colonos eram cordiais. Foram construídos bairros onde havia uma grande concentração de brancos. Eram recorrentes os convívios entre eles, desde as chamadas “feiras”⁶, onde eram feitos churrascos e bailes ao ar livre, até às frequentes visitas a casa uns dos outros.

Mas não era só em lazer que os colonos se juntavam. Também nas horas mais difíceis existia muita solidariedade entre eles, como no exemplo seguinte:

“Uma vez, morreu a filha de uma das minhas vizinhas. Eu e outra senhora, para além de darmos apoio a ela, vestimos a menina e tratámos do funeral. A roupa com que vestimos a criança era de uma das minhas filhas.”

⁶ Feira – Recinto fechado, mas ao ar livre, onde se juntavam brancos, e por vezes negros, para conviver.

Essa solidariedade ficou bem patente principalmente na altura da fuga dos colonos de Angola e Moçambique. A mesma entrevistada refere que partilhou os mantimentos que tinha trazido com outras famílias:

“No nosso grupo de fuga, partilhamos a comida com um casal de brancos com 3 filhos que, coitados, não conseguiram trazer quase nada. Gastou-se tudo até não haver mais nada que comer.”

Em Angola, a maior parte dos colonos tinha o seu próprio negócio, principalmente no comércio. Mas também existia indústria, pois foram muitas as empresas portuguesas que se instalaram nas ex-colónias. Isto deveu-se ao investimento do Estado Português que, através dos seus Planos de Fomento, fez Angola crescer a bom ritmo, desde meados da década de 60 até à sua independência, em 1975 (Torres, s/d:2).

Um dos entrevistados era funcionário de uma dessas empresas em Nova Lisboa:

“Eu já sabia o que ia fazer em Angola, porque um primo da minha mulher que já lá estava a trabalhar, arranjou-me um trabalho numa empresa portuguesa de carpintaria.”

Segundo o mesmo entrevistado:

“Partiram muitos rapazes daqui da zona para trabalhar nas firmas portuguesas que estavam em Angola.”

Num outro testemunho, a entrevistada conta que o pai primeiro trabalhara numa empresa de comércio e depois montou o seu próprio negócio:

“O meu pai trabalhava numa empresa que comercializava e distribuía vinho verde, mas o negócio da empresa não estava bom até o meu pai sugerir que se fizesse um anúncio na rádio de Carmona. A partir daí, não havia mãos a medir e o meu pai depois começou a receber melhor. O pior foi quando a empresa faliu, mas o meu pai com o dinheiro que recebeu, comprou uma carrinha e começou a fazer transportes, principalmente para a tropa portuguesa.”

Por este depoimento se vê bem o dinamismo que estava interiorizado no português que, aliado às constantes oportunidades de negócio, fez crescer Angola a partir da década de 1960. Muitos foram aqueles que enriqueceram devido a estes dois factores, o que justificará a revolta sentida quando referem o 25 de Abril, como nos diz um dos entrevistados:

“O 25 de Abril foi o pior que me podia ter acontecido. Foi o dia mais ladrão de toda a minha vida. Eu não sou contra a independência, claro que não, mas as coisas foram muito mal feitas. (...) Eu estava lá bem e tive de fugir, cheguei a Portugal vestido com uma camisa rota nas costas. (...) Devia ter-se dado mais tempo às colónias para terem autonomia, como se fez na África do Sul.”

As opiniões são unânimes: a vinda para Portugal foi o pior que lhes podia ter acontecido. Todos queriam lá ficar e culpam o Governo da altura por não ter dado a autonomia da maneira mais correcta e de os ter abandonado à sua sorte.

Uma das entrevistadas conta, com amargura, que o Governo em Portugal fez de tudo para que os retornados não regressassem à metrópole:

“Estivemos cerca de 3 meses no Lobito para tentar arranjar transporte para Portugal. Era muito difícil arranjar viagem, porque a TAP, a determinada altura, deixou de transportar retornados de Angola para Portugal e havia rumores de que o Governo mataria todos os retornados que chegassem depois daquela altura. Após o fim das viagens da TAP, quem transportava os retornados para Portugal eram a França, a Itália e a Holanda. A minha família, por exemplo, veio para Portugal num avião da Air France.”

Outro dos entrevistados conta-nos que a família chegou a passar fome durante a fuga:

“O grupo no qual estávamos parou em Cuangar, estivemos aí cerca de um mês à espera de autorização para prosseguir viagem rumo à África do Sul. Foi a pior altura, estavam-se a acabar os mantimentos, chegou ao ponto de, durante 3 dias, só termos feijão e a água do rio para cozer. Se não fosse o Governo da África do Sul, tínhamos morrido à fome, pois o nosso nunca quis saber da gente.”

O negro e a sua posição na sociedade

A posição do negro na sociedade angolana sofreu muitas alterações ao longo do período de colonização. Antes das primeiras vagas de emigração de brancos, no início do séc. XX, existiam famílias negras que gozavam de algum prestígio na sociedade. Também era normal, nessa altura, as misturas raciais, o que também proporcionou essa subida na posição social, já que os primeiros colonos tinham filhos mestiços ou até mesmo negros.

Contudo, com as vagas de emigração após a II Guerra, começou a existir separatismo e o negro perdeu cada vez menos importância e prestígio. O branco olhava

para o negro como um ser inferior e a sociedade começou a tornar-se racista. O negro não tinha direitos, era quem fazia o trabalho mais pesado, como nas fazendas ou na construção civil, e era-lhes negado o acesso à educação, pois o que ganhavam era tão pouco que mal dava para comer. O branco tinha os empregos de chefia e de administração e os melhores salários. Porém, a riqueza gerada pelas Colónias era baseada no trabalho físico dos negros, que constituíam a classe social mais baixa e que pagava mais imposto.

Nos anos 40 a desigualdade era ainda mais acentuada. Existiam enormes barreiras raciais. Os colonos e os negros viviam em bairros separados e até em reservas. Nas cidades, principalmente em Luanda, havia a vontade de apagar os vestígios africanos, tornando a cidade completamente europeia. Manuel da Cruz Alvura secretário-geral da província, chegou ao ponto de dizer que, “*se não fosse haver pretos se podia pensar que se estava em Portugal*” (Henriques, 1999:254).

Esta desigualdade foi criada pelo Estado Novo, pois este exigia que a posição do colono fosse superior à do negro. O branco, quando emigrasse, teria de ter emprego assegurado, pois se assim não fosse, seria uma vergonha para a nação. Era impensável negros e brancos trabalharem lado a lado.

Mas não só na vida económica existia essa diferenciação. Na vida social existia uma mentalidade racista enorme, ao ponto de haver distinção entre negro e branco nos hospitais. O hospital de Lourenço Marques tinha uma área para brancos e outra para negros. Nos hotéis, era raro ver um cliente negro e até nas praias o negro era impedido de se banhar na mesma água que o branco, chegando ao ponto de os banhistas enxotarem qualquer rapaz negro que se quisesse banhar (Castelo, 2007:286).

A partir da década de 1960, esta mentalidade racista começou a ser lentamente alterada. Esta mudança teve a ver com pressões externas e com a guerra que entretanto eclodira – o Estado Novo tentou apaziguar as facções revoltosas com uma maior abertura social. Essa abertura passava pela abolição das leis discriminatórias e por um maior nivelamento das relações entre colono e nativo (Pinto; Faria 1996:54).

Mesmo assim, ainda existiam desigualdades entre branco e negro. O acesso aos melhores empregos ainda era muito dificultado ao negro, o que continuava a fazer com que, a nível económico, não existisse igualdade de direitos. Contudo, estas desigualdades foram desaparecendo até à independência.

Na década de 1970, já se viam negros com cargos importantes, como relata um dos entrevistados:

“Quando estive alojado na pensão, estava também hospedado um negro, militante da UNITA, que era funcionário público, ele trabalhava nas finanças de Nova Lisboa.”

Para além de ocupar já alguns cargos importantes, o negro começou também a ter o seu próprio comércio:

“Quando fomos viver para Malange, já havia negros que tinham o seu comércio, como drogarias, cafés e até havia um senhor que era dono de uma pensão.”

Mas não era somente no trabalho que se notava uma diminuição das desigualdades, também na vida social se verificava uma maior aproximação entre colono e nativo, como contam dois dos entrevistados:

“A minha família morava no bairro Montanha Pinto, em Carmona, e durante os últimos anos que lá vivemos tivemos uma família de negros como vizinhos e sempre nos demos bem.”

“Uma vez, um jovem negro que trabalhava comigo pediu-me vinte escudos. Eu emprestei-lhe e no dia seguinte foi-me lá a casa entregá-los e convidei-o para almoçar e dizia-lhe sempre que tinha a porta aberta para ele.”

Estes dois testemunhos demonstram a mudança de mentalidades, o de ver o negro como um ser humano e não como um ser inferior, muitas vezes tratado quase como um animal.

A relação entre o negro e o branco

O relacionamento entre brancos e negros era complexo. Se é verdade que sempre existiu racismo e desconfiança entre ambas as raças, também é verdade que, a determinada altura, essa relação tornou-se mais harmoniosa. No entanto, sempre houve um sentimento de submissão por parte do negro em relação ao branco, mesmo quando o Governo da metrópole suavizou as medidas racistas que existiram até à década de 1960.

Aos poucos viam-se crianças negras e brancas na mesma sala de aula, a aprender as mesmas matérias e com um tratamento igual. Esta nova geração de brancos já era educada com o intuito de tolerar as diferenças de raça e era normal ver-se crianças negras e brancas a brincarem juntas.

Este nivelamento viria a resultar num outro fenómeno, o da aculturação de ambas as raças. Quer o branco, quer o negro, partilhavam as suas tradições e costumes, existia uma assimilação. Esta assimilação era visível nas gerações mais jovens que,

devido à sua convivência com os nativos, sentiam muita curiosidade e começavam a adotar os costumes da chamada *cultura africana*. Os cânticos e danças, a comida e até mesmo a história de Angola, por exemplo, suscitavam muito interesse nas gerações mais jovens.

Contudo, o mesmo não acontecia com as gerações anteriores, que mantinham sempre um certo distanciamento, não obstante participarem em eventos sociais e religiosos promovidos pelos nativos.

Na vida económica algo também mudou: os negros começavam a sua progressão social, começando a frequentar os mesmos círculos dos brancos e inclusivamente a manter fortes amizades com eles. Contudo, a progressão social do negro ainda era limitada. Os cargos de chefia e de administração pública, por exemplo, ainda eram exclusivamente de brancos.

Em 1961, começava a guerra colonial, devido à insatisfação das populações nativas em relação às desigualdades raciais. As comunidades nativas começavam a impor-se, a reclamar mais direitos e a lutar contra os abusos cometidos pela população branca.

Nos depoimentos recolhidos, porém, o negro era bom e obediente e nunca causava problemas a não ser que fossem humilhados pelo branco. A relação entre os meus entrevistados e o negro era pacífica e, por vezes, bastante próxima até, o que levava a críticas por parte de outros colonos:

“Uma vez tive de ir a um dos bairros deles (dos negros) e lá viviam muitos negros que trabalhavam comigo na fábrica. Mal me viram, nunca mais me deixaram vir embora. Comemos e bebemos e eu não paguei um tostão.”

Noutro testemunho, a entrevistada fala do quanto os negros gostavam do seu pai:

“O meu pai, quando fazia os transportes, ao chegar a Carmona, vindo do sul, dava boleia aos negros que vinham na estrada. Os pretos adoravam o meu pai e tratavam-no muito bem. Eles eram boas pessoas, só que às vezes também se revoltavam, mas contra aqueles que lhes faziam mal. Ao meu pai não! Eles tratavam-no por Timóteo – porque não conseguiam dizer o nome dele - e diziam sempre “Timóteo é bom cagica”, que significava dar boleia aos pretos.”

Estes são dois exemplos de como eram as relações entre brancos e negros. Obviamente que existiam casos contrários, mas nos depoimentos que recolhi, a opinião na generalidade era de que o negro era bom e pacífico.

No entanto, após o 25 de Abril, começou a existir alguma hostilidade e um

sentimento de superioridade em relação ao branco.

Como foi referido anteriormente, o Governo aboliu as medidas discriminatórias que existiram até à década de 1960, integrando cada vez mais o negro na sociedade. Para muitos colonos, estas medidas fizeram com que o nativo se fosse apercebendo de que poderia ter um papel cada vez mais importante, o que levaria a que estes se revoltassem e comesçassem com a guerra. Para além disso, também se achava que o negro teria acesso mais facilitado a cargos mais importantes se a população branca saísse das colónias.

Era uma perspectiva lógica, de facto. Porém, não seria apenas o nivelamento social entre brancos e negros que fez com que a guerra tivesse início.

Capítulo III – A guerra e a fuga para Portugal

O surgimento dos movimentos independentistas

Os conflitos raciais e a resistência ao colonialismo sempre existiram nas nossas colônias africanas. Foram séculos de domínio português, muitas vezes excessivo, o que provocava fricção entre negros e brancos. No entanto, até 1961, estas duas raças iam co-habitando, mas sempre com o domínio do branco. Ora, este domínio foi um dos motes para aquela a que se chamou de Guerra Colonial.

Nas décadas de 1940 e 1950, o negro era marginalizado, abandonado e expulso da sua própria terra. Os próprios colonos brancos começaram a insurgir-se contra o regime de Salazar, principalmente os fazendeiros de café, que queriam um tratamento especial por parte do Governo da metrópole (Henriques, 1999:258) e pelos laços ténues que a segunda geração de colonos tinha com a metrópole.

Para além disso, o continente africano sofreu alterações profundas com a vaga de independências que ocorreram neste continente a partir da II Guerra Mundial. Este último indicador terá sido a principal causa da guerra, pois os movimentos independentistas foram criados na clandestinidade e com base em ideologias nacionalistas, fruto da emigração dos seus fundadores. Na década de 1950, começavam a surgir alguns movimentos anti-colonialistas mais radicais. Em 1955 é fundado o Partido Comunista de Angola, por Viriato da Cruz. No entanto, pouco impacto teve nos círculos nacionalistas, apesar de Viriato da Cruz ter ligações com o congénere da metrópole, o Partido Comunista Português. Um ano depois, Viriato da Cruz, em conjunto com outros dois membros, funda o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA). Este partido construiria as bases do MPLA, criado anos mais tarde.

A criação dos movimentos independentistas tornou-se mais acentuada devido aos círculos clandestinos de estudantes africanos pró-independência. Nomes como os de Agostinho Neto, Lúcio Lara ou Amílcar Cabral vieram para Portugal frequentar o ensino universitário, sendo que eram frequentadores assíduos da Casa de Estudantes do Império (CEI). A CEI era utilizada para as reuniões clandestinas, que serviram para lançar as bases da luta contra o colonialismo e o recrutamento de outros africanos para a mesma causa.

A Guerra Colonial

Existem algumas datas possíveis para o início do conflito. Alguns afirmam que terá sido o ataque à prisão de Luanda, em Fevereiro de 1961, outros admitem que terá sido com a tomada do Paquete *Santa Maria*. Mas a data oficial, no entanto, é outra. A Guerra Colonial iniciou-se a 15 de Março de 1961⁷.

Curiosamente, quem começou a luta armada foi um partido até à altura desconhecido, a União Popular de Angola (UPA), que atacou vários pontos do Norte de Angola, junto à fronteira com o Congo Belga. Os seus membros eram *Bacongos*⁸ de ambos os lados da fronteira. Os motivos desta revolta eram estritamente étnicos, a intenção era erradicar a raça branca de Angola. Como consequência deste ataque, milhares de refugiados colocaram-se em fuga para o Congo onde, mais tarde, seriam recrutados pelas forças da UPA.

A resposta da resistência militar portuguesa foi forte, impulsionando os nacionalistas a converter os seus movimentos em movimentos de luta armada. Essa resposta aos acontecimentos do 15 de Março foi muito criticada pelos Estados Unidos, que defendiam a descolonização dos países africanos. A partir desse momento, os Estados Unidos também começaram a apoiar, embora de forma clandestina, os guerrilheiros da UPA.

Em 1962, a UPA crescia a um ritmo elevado e todas as acções de guerrilha eram preparadas por si, bloqueando as acções de guerrilha em Angola de outras facções, como o MPLA. Ainda nesse ano, a UPA muda de nome, passando a chamar-se Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), com Holden Roberto à frente dos destinos do movimento.

Após o massacre de 15 de Março de 1961, era urgente reforçar as tropas presentes em Angola. Contudo, não era fácil recrutar novos membros para o exército. Apenas a meio da década de 1960 é que o número de efectivos começou a aumentar devido ao recrutamento de jovens nas colónias e ao alargamento do período de serviço militar obrigatório. Outra das razões para o aumento de efectivos foi a entrada de alguns membros desertores das guerrilhas que, por estarem descontentes com o rumo dos

⁷ Nesta data, guerrilheiros da UPA, vindos do Congo Belga, atacaram fazendas e Postos Administrativos no Norte de Angola, matando centenas de fazendeiros brancos e africanos de outras etnias.

⁸ Os *Bakongos* ou *bacongos* são um grupo étnico banto que vive numa larga faixa ao longo da costa atlântica de África, desde o Sul do Gabão até às províncias angolanas do Zaire e do Uíge, passando pela República do Congo, pelo enclave de Cabinda e pela República Democrática do Congo. Em Angola são o terceiro maior grupo étnico. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bakongos>, acedido em 31/05/2014).

acontecimentos, decidiram mudar-se para a tropa portuguesa. A falta de recursos nos primeiros anos da guerra deveu-se muito à emigração clandestina e legal que muitos jovens portugueses fizeram para outros países europeus.

Em 1963, as tropas portuguesas conseguiram controlar as forças revoltosas da FNLA e começaram a organizar-se para acções de contra-guerrilha. No entanto, apesar de terem reprimido a revolta, as tropas portuguesas continuavam a enfrentar uma débil mas persistente actividade de guerrilha no Norte, na província do Zaire. Nesta altura, os movimentos de guerrilha angolanos e de outras colónias tinham poucos argumentos para enfrentar as modernizadas tropas portuguesas. Para aumentar as probabilidades de sucesso, Holden Roberto começou a enviar soldados para a Tunísia, de modo a obter um número substancial de unidades militares devidamente treinadas. Era criado assim o Exército Nacional de Libertação de Angola (ENLA) (Pinto, 1999:80).

É certo que temos de dar mérito às tropas portuguesas por terem conseguido reprimir os revoltosos da UPA/FNLA no Norte de Angola. Contudo, esta vitória também partiu dos conflitos internos do movimento, que estalaram em 1964 devido à falta de visão do seu líder. A FNLA, apesar de ter muitas potencialidades para crescer, acaba por estagnar, o que levou à divisão do movimento e à deserção para a tropa portuguesa. No MPLA, o caso de Alexandre Taty foi o mais conhecido. Essa divisão levou também à criação de novos movimentos, como no caso de Jonas Savimbi, que saiu em rota de colisão com Roberto, criando mais tarde a UNITA (Pinto, 1999:81).

A partir de 1966, entra em cena o MPLA, até então limitado à frente de Cabinda, que foi recolhendo apoios de vários países africanos, como o Congo-Brazzaville, o Congo-Kinshasa ou a Zâmbia, beneficiando também do apoio da Organização de Unidade Africana (OUA), que deixou de apoiar a FNLA. Mas foi o apoio da União Soviética que impulsionou o MPLA, ajudando-o com armamento e treino militar, o que contribuiu para a abertura da frente leste. Esta frente criou muitos problemas às tropas portuguesas, que eram muitas vezes emboscadas, pois esta era uma região pouco habitada e, como tal, com muito mato. Porém, dois anos depois, os militares portugueses conseguiram controlar a região, provocando muitas baixas aos movimentos de guerrilha, sobretudo do MPLA.

A determinada altura da guerra, os movimentos de independência já não combatiam as tropas portuguesas, mas combatiam-se entre si. Existiram algumas tentativas de organismos internacionais para que houvesse um acordo, mas todas elas foram frustradas. Mesmo no próprio núcleo da guerrilha existiam divergências graves,

com deserções constantes e falta de entendimento entre os líderes. Foi o que se passou com a FNLA, como já foi aqui referido, mas também com o MPLA, que viu a sua estratégia ser quase destruída devido às divergências dos seus principais líderes, Agostinho Neto e Daniel Chipenda (este chegou mesmo a abandonar o partido). Estas divergências perturbaram as relações com a União Soviética, que cortou o apoio financeiro e o armamento, no início dos anos de 1970. (Pinto, 1999:83).

Com esta crise, a FNLA foi-se reorganizando e obteve apoios importantes do Zaire e sobretudo da China, que ajudou no treino de militares. Envolta numa crise profunda, desde finais dos anos sessenta, e dependente de Mobutu, presidente do Zaire, não restava a Holden Roberto mais do que tentar recolher outros apoios, sendo forçado a virar-se para a China.

Jonas Savimbi abandonou a FNLA em 1964, quando era responsável pelas relações externas do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). Esta saída deveu-se às enormes divergências com o líder do partido, Holden Roberto. Savimbi, na altura da sua saída, acusou Roberto de impotência política. (Pinto, 1999:81)

Após esta saída, Savimbi decidiu fazer um périplo por várias capitais africanas, no intuito de recolher apoios para o seu novo partido. A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi criada em Março de 1966. Contudo, Savimbi, antes de fundar o partido, foi abordado por várias vezes pelo MPLA, recusando sempre a sua filiação nesse partido.

A UNITA foi, dos três movimentos de luta, o que teve a entrada mais discreta na guerra e poucas acções militares atentou contra os militares portugueses, resumindo-se apenas ao ataque a um comboio. No entanto, veio a provar-se que existiram pactos de não agressão contra as tropas portuguesas por parte da UNITA. O seu raio de acção era no leste do território, o que desde logo levava a confrontos comuns com os guerrilheiros do MPLA, pois estes também operavam no mesmo território.

Os colonos e a guerra

A guerra colonial nunca atingiu proporções gigantescas nos grandes centros urbanos, isto porque a guerra travava-se maioritariamente nas matas. Foram raros os casos em que a guerra atingiu as maiores cidades de Angola. Ataques mais frequentes só começaram a existir após o 25 de Abril de 1974.

Quando a guerra começou, em Março de 1961, muitos colonos fugiram do Norte

de Angola para Luanda e alguns daí para a metrópole. Aos poucos, algumas zonas dessa região, que fora tão massacrada pelos terroristas, começam a ficar desertificadas. Porém, nem todos fugiram e os que ficaram, ficaram para defender as suas terras. Foram formadas brigadas de vigilância com o intuito de manter a segurança e defender a população colona de mais ataques. Mas muitos aproveitaram-se dessas brigadas para fazerem “caça ao negro”, praticando actos racistas repudiáveis e criando uma enorme tensão entre brancos e negros.

As medidas implementadas pelo Estado Novo, como o reforço de militares na região, apoio financeiro às brigadas civis, recusa de permissões de entrada na metrópole e acções de sensibilização para a população, ajudaram à manutenção da ordem. Mesmo assim, o sentimento de insegurança continuou a existir, agravando-se mais após o 25 de Abril.

Nos depoimentos recolhidos, todos falam do clima de insegurança que se vivia já nas grandes cidades do sul, como Nova Lisboa, Sá da Bandeira ou o Lobito. Tentava-se viver com normalidade, mas era praticamente impossível, como é relatado a seguir:

“Eu trabalhava no Cinema Ruacaná em Nova Lisboa. Trabalhava lá para ganhar mais uns trocos. Então por vezes fazia a última sessão, aos sábados à noite, mas como não ligava nenhuma aos filmes, ligava o projector e vinha para a varanda fumar um cigarro. Às vezes ouvia-se tiroteio vindos da mata, que ficava em frente ao cinema, mas numa dessas vezes tive muita sorte, ouvi uma rajada de tiros e só dei conta que eles bateram no edifício quando vi pedaços de cal e cimento a caírem-me nos pés. Não tive mais nada, deitei-me e fui de gatas para dentro outra vez. Foi o dia que tive mais medo.”

Noutra ocasião, o mesmo entrevistado narra uma situação que, apesar de não ter tido continuidade, provocou alguns constrangimentos:

“Uma vez na oficina, estava a trabalhar e comecei a ouvir rajadas de metralhadora vindas das matas – a zona industrial ficava junto às matas – que se prolongaram até à hora de sairmos para almoçar. Estávamos com algum receio de sair, não fossemos ser atingidos por uma bala perdida. A medo lá arriscamos, e não é que quando estávamos a descer a avenida o tiroteio parou? Tivemos muita sorte.”

Estas situações começaram a ser cada vez mais recorrentes a partir do 25 de Abril, agravando-se ainda mais em 1975. Agora já não era apenas a luta contra a tropa portuguesa pela independência, mas sim três facções militares a lutarem pelo poder. Às tropas da UNITA, do MPLA e da FNLA, os entrevistados não tiveram nada a apontar. Todos disseram que *“se não nos metêssemos nos assuntos deles, que estava tudo bem.”*

A partir do momento em que havia suspeitas de que algum branco simpatizava com algum dos movimentos de guerrilha, então aí ele era tratado como igual. Foi o caso do vizinho de um dos entrevistados, que era simpatizante da UNITA:

“Um dia, vindo da alta da cidade, chego a casa e ouço uma gritaria enorme. Fiquei logo preocupado e fui saber o que se estava a passar. Então vi a minha vizinha quase a desfalecer e a minha mulher contou-me que o marido dela, que era segurança do caminho-de-ferro, tinha sido raptado de tarde por soldados do MPLA. (...) Mais tarde vim a saber que o carro dele apareceu perto do Lobito, perto da casa de um filho. Do homem, nunca mais se soube nada dele, nem corpo, pedido de resgate, nada, parecia que ele se tinha esfumado”.

No entanto, os militares de ambos os movimentos nunca criaram problemas às famílias dos entrevistados, muito pelo contrário, como no seguinte depoimento:

“Nós nunca tivemos razão de queixa dos militares. Sempre nos respeitaram. Os mais brutos eram os do MPLA, mas nunca nos fizeram nada. Os mais educados eram o da UNITA, muito prestáveis mesmo. Os da FNLA também não criavam problemas, o único defeito deles era roubarem tudo o que podiam roubar, mas a mim nunca me roubaram nada, pelo contrário. Uma vez, já nas últimas semanas antes de fugir, ficamos sem gás e não havia onde comprar. Entretanto chegou um jipe com soldados da FNLA com uma garrafa de gás e eu fui lá pedir-lhes a ver se conseguiam arranjar uma para mim também. Dei-lhes o dinheiro e a garrafa vazia, eles foram no jipe deles mas não conseguiram encontrar. O que é certo é que trouxeram-me a garrafa vazia e o dinheiro.”

Apesar da brutalidade dos confrontos entre MPLA, FNLA e UNITA, havia um enorme respeito pela população branca. Mas, para além da insegurança, começavam a faltar os bens essenciais e isso pesou muito na hora da partida.

As razões da fuga para a metrópole

O período entre o 25 de Abril de 1974 e a independência de Angola, em Novembro de 1975, marca o aumento da insegurança para níveis alarmantes. Esse sentimento aumentou ainda mais após a saída da tropa portuguesa, em meados de 1975. Para além disso, os bens essenciais começavam a rarear, os estabelecimentos comerciais fechavam e os que ainda se mantinham abertos tinham graves falhas no abastecimento de produtos como arroz, oleaginosas, gás ou mesmo pão.

Confrontados com este cenário, a única opção dos colonos era a fuga para outro lugar. Muitos regressaram a Portugal, outros foram para a África do Sul e outros para o

Brasil. Estas pessoas sentiram-se traídas, abandonadas por toda a gente e ainda hoje, passados quase 40 anos, persiste a mágoa, a saudade da vida que construíram e viveram.

Das colónias vieram médicos, enfermeiros, missionários, comerciantes, entre outros. Alguns vieram somente com a roupa que traziam no corpo, devido à súbita decisão de fugir. No entanto, muitos colonos planearam a fuga e foram-se abastecendo de mantimentos para enfrentarem as adversidades que eventualmente surgissem na fuga.

Curiosamente, na maior parte dos casos era a mulher quem pressionava a família a fugir da colónia. Isto devia-se ao medo que sentia em relação ao ambiente de insegurança em que mergulhava a sociedade. (Pinto; Faria, 1996:59) Eram constantes os combates dia e noite entre os exércitos das três guerrilhas, assim como a partilha dos mesmos espaços com os militares, o que tornava o ambiente social intimidante. Era muito frequente ver-se crianças negras com armas.

A relação com os negros também se alterou. No período pré-independência, os negros, sentindo que já eram donos do território, começavam a dar mostras de superioridade em relação aos brancos, atingindo a arrogância. Isso era visível numa simples fila do supermercado, onde os negros, em atitude provocatória, passavam à frente do branco propositadamente. O mesmo branco que, anos antes, construía todas as infra-estruturas indispensáveis e que lhes eram passadas gratuitamente. Perante todas estas circunstâncias, não havia outra solução senão sair de Angola e das outras colónias.

Contudo, depois de tomada a decisão de fugir, colocava-se outra questão. Para onde ir? É certo que muitos colonos tinham família na metrópole mas, e aqueles que faziam parte já da segunda geração, e até da terceira, que não conheciam a família, o clima e o próprio país? Era uma decisão difícil: se por um lado não queriam viver constantemente em insegurança, por outro iam para um lugar totalmente desconhecido, com outros costumes, outro clima.

Mas, mesmo com dúvidas, cerca de quinhentos mil retornados entraram na metrópole entre 1974 e 1976, sem emprego nem perspectivas do mesmo, o que fez com que o desemprego disparasse em Portugal (Amaro, 1985:3).

As peripécias da fuga

Como foi referido anteriormente, muitos colonos foram confrontados com um clima de terror e medo, fazendo com que fossem obrigados a procurar, fora das colónias, um local mais seguro até que o ambiente acalmasse e aí pudessem regressar às

suas casas. Essa era, de facto, a ideia de muitos colonos, mas nunca se viria a concretizar, sendo que muitos acabariam por perder tudo o que lhes levava uma vida inteira a construir (Pinto; Faria, 1996:59).

Na fuga, os colonos levavam tudo o que podiam desde roupas, comida, alguns levando mesmo electrodomésticos e colchões para poderem dormir. Foi o caso de um dos entrevistados, que alugou um camião de um dos grupos de fuga que faziam o trajecto Nova Lisboa - África do Sul:

“Eu saí no dia 22 de Agosto de 75 de Nova Lisboa. A viagem não foi de momento, porque eu, uns dias antes, falei com um senhor português que veio de Luanda à procura dos camiões que a UNITA lhe roubara lá em Luanda. (...) Durante esses dias arranjam as malas de porão e enchemo-las com tudo o que pôde lá pôr, desde arroz, açúcar, bacalhau, presunto, roupas, e também levamos um pequeno fogão a gás e um frigorífico, que depois demos a esse senhor que nos levou.”

À medida que iam progredindo, os grupos de colonos que fugiam da guerra iam enfrentando os mais variados perigos, desde emboscadas, controlos de passagem das guerrilhas, até à própria natureza. É necessário recordar que muitos fugiram pelas matas, onde habitavam animais muito perigosos. Para além disso, era necessário evitar as zonas de combate das guerrilhas, sob risco de serem mortos por alguma bala perdida.

Embora alguns grupos de fuga fossem escoltados por militares com um enorme conhecimento do terreno, era inevitável o confronto com situações extremamente perigosas, sendo as emboscadas as mais comuns. Num dos depoimentos recolhidos, é-nos narrada uma situação de emboscada, que felizmente terminou sem baixas:

“O grupo onde fomos foi escoltado pelo esquadrão Chipenda, que foi um oficial do MPLA que se tinha separado e criou o seu próprio partido. (...) A passar por Serpa Pinto parámos. Parámos porque viram alguém ao longe e nisto ouve-se uma rajada de metralhadora. (...) Eles viraram-se para cima e deram dois tiros certos em dois rapazes que estavam numas árvores”.

Quanto aos trajectos escolhidos para a fuga, estes eram sempre junto aos rios, de forma a obter-se água mais facilmente para cozinhar ou tomar banho, apesar de ser mais perigoso, já que estariam mais expostos a ataques dos guerrilheiros.

Outra das situações comuns eram os postos de controlo, que todas as facções guerrilheiras tinham montado para controlar os movimentos de pessoas nas zonas por si ocupadas. Contudo, estes postos situavam-se apenas até à fronteira de Malange com o

Bié. A partir daí não havia qualquer posto de controlo, pois já se entrava no Sul de Angola, para onde a guerra ainda não tinha alastrado.

Porém, em Setembro de 1975, os combates já atingiam localidades do Sul, como o Lobito, Nova Lisboa ou Benguela, como nos narra uma das entrevistadas:

“Nós tínhamos fugido para o Lobito, em Junho de 1975. No entanto em Setembro chegou lá a guerra. Quando começavam os combates chegamos a fugir para os barcos para ver se nos salvávamos. Numa dessas vezes um senhor foi atingido por uma rajada de metralhadora, coitado ficou com o braço quase sem remédio.”

A guerra alastrava-se rapidamente a todo o território angolano. Devido a isso, todos os colonos, tal como tinha acontecido no norte, decidem fugir deixando tudo para trás. Muitos conseguiram escapar nos barcos atracados no porto de Lobito, um dos principais pontos de partida de retornados. Outros tinham de tentar chegar a Luanda, pois aí havia maior facilidade em arranjar transporte para a metrópole.

Luanda, para onde já se tinham deslocado os colonos que viviam no Norte, era confrontada com a vinda de colonos do Sul. Junto aos principais pontos de partida, como o aeroporto e o porto de Luanda, cresciam filas gigantes de pessoas desesperadas por sair do país. A comida rareava, a água era racionalizada, havia quem, perante este cenário, lhe chamasse um campo de concentração (Pinto; Faria, 1996:59).

Uma entrevistada narra o horror que viu ao chegar a Luanda:

“Era uma confusão total! Só gente, só gente, só gente. Toda a gente estava meia maluca, porque toda a gente queria vir embora. Estava tudo meio maluco!”

A chegada a Portugal

Quem viajava para Portugal, numa gigantesca ponte aérea entre as ex-colónias e a metrópole, imaginava duas situações distintas. Por um lado, sentiam-se a salvo por terem saído daquele inferno em que haviam vivido nos últimos meses. Por outro lado, fazia-se a mesma pergunta: e agora, que vamos fazer? Famílias inteiras, com três ou mais filhos, não sabiam como iria ser o futuro ao chegar a Portugal, pois estavam sem dinheiro, porque este deixara de ter valor, não havia perspectivas de trabalho e alguns mesmo não podiam contar com o apoio da família mais próxima:

“O meu pai entrou no avião e começou a pensar que tinha dinheiro e aquele dinheiro não prestava, deu-lhe um ataque lá no avião e aí é que foi o bonito, pensávamos que o meu pai

ia morrendo. Nós não conhecíamos isto, não conhecíamos ninguém, vínhamos para uma terra que não conhecíamos. Que é que nós íamos fazer? Que vida ia ser a nossa? Foi uma “feira” no avião que nem lhe digo nada. O meu pai só ficou bem com um calmante, adormeceu e só acordou cá em Lisboa.”

Situações como esta eram comuns nesta altura e, à chegada a Portugal, o sentimento de medo da nova realidade imperava. Existia o desconhecimento, para muitos, do país a que agora chegavam, as saudades eram muitas do que se deixara para trás, desde paisagens até aos cheiros característicos. Estes momentos marcaram para sempre estas pessoas, pessoas que subitamente ficavam sem nada, com apenas uma esmola, para alguns, de três contos, do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN)⁹, e uma manta para passar a noite, até que se arranjasse alguma coisa. Tal como em Luanda, o cenário de caos mantinha-se. Alguns questionavam-se se realmente tinham saído de Luanda. Pessoas a dormir no chão do aeroporto, gritos, choros e toda uma panóplia de situações do género. Logo após saírem do aeroporto, a primeira grande dificuldade era onde arranjar lugar para dormir. Quem não tinha familiares, tinha de se sujeitar a passar as noites onde fosse mandado. Contornada a primeira dificuldade, surgia logo outra: arranjar emprego para sustentar a família. Esta foi a maior dificuldade para quem regressava das ex-colónias. Aqui começava a surgir a discriminação e até mesmo actos xenófobos:

“Logo quando chegamos ao aeroporto, um assistente vira-se para um colega e diz – Olha, cá estão o resto dos ladrões de Angola. Levou logo uma vassourada de um. Teve muita sorte de ter sido só isso”.

Contudo, quem tinha familiares ou conhecidos tinha um maior apoio, o que em muitas situações foi determinante, como neste caso:

“O senhor que nos transportou até à África do Sul veio connosco embora. Quando chegamos a Lisboa, esse senhor levou-nos para casa dele em Mem Martins. Ficamos lá dois dias até virmos para o Norte.”

De volta às (novas) origens

A grande maioria dos ex-colonos não terminava a sua epopeia colonial em Lisboa. Era necessário fazer mais uma viagem para aquela que, em tempos, fora a sua

⁹Fonte: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descolonizacao06>, acedido em 24-06-2014.

casa ou a casa dos seus antepassados. As maiores percentagens de retornados, cerca de 60%, estabeleceram-se em Lisboa e Porto, seguido de Setúbal e Aveiro.

Se formos analisar a percentagem de retornados por região, verifica-se que a região centro é aquela com maior percentagem, 36%, seguida da região norte, com 32%, e 20% na região de Lisboa, segundo dados recolhidos nos censos de 1981 (Pires, 1999:186).

Em relação à percentagem de retornados residentes por concelho, os distritos de Bragança e Guarda tinham uma maior percentagem. Contudo, isso não significa que tenham vindo em maior número para essas regiões, tal como se verificou anteriormente. Este fenómeno acontece devido à desertificação de ambos os distritos, que acabaram por ganhar nova vida com o regresso dos emigrantes das ex-colónias.

O regresso em muitos casos foi complicado. A própria família não se mostrava muito receptiva em ajudar quem regressava, particularmente aqueles que regressavam às grandes cidades. Esta recusa tinha origem no pensamento da própria sociedade, que marginalizava os retornados. Se nos grandes centros urbanos não havia tanto apoio familiar, os retornados que regressavam às suas raízes no interior do país, por exemplo, eram bem recebidos. Isso talvez se devesse a maiores laços afectivos com a família, que se haviam mantido durante o tempo em que viveram em África. A solidariedade era grande nestes pequenos meios, era comum os habitantes juntarem-se para oferecer roupas, agasalhos, ajuda alimentar e, em alguns casos, habitação.

Foi o que aconteceu com a família de um dos entrevistados:

“Nós, depois de passarmos em casa de um familiar na Guarda, viemos para Braga, mais concretamente São Vicente da Ponte, para casa de uma tia que, pobrezinha, foi dormir para o palheiro mais o marido, para nos dar a cama. Estivemos ali assim uma semana e o meu pai andava a procurar casa. Um dia um tio meu disse para ele ir falar com o padre para ver se nos deixava ficar na casa da paróquia, que estava livre. O meu pai foi lá falar com o padre, que disse que não dependia só dele, mas que ia falar na missa. O padre lá falou na missa e todos os habitantes concordaram e nós, todas contentes, fomos para a casa.”

O legado cultural

Apesar de os retornados terem saído de África, a cultura africana não se perdeu. Se é verdade que o nível de vida era completamente diferente, as relações sociais entre retornados continuava a ser de proximidade e de solidariedade.

De África também trouxeram costumes típicos da cultura africana. Os churrascos, os quais juntavam em África dezenas de pessoas só pelo prazer de conviver, foram trazidos para Portugal. Esse hábito acabou por ajudar a revolucionar a restauração em Portugal, com os restaurantes a aderirem a este novo conceito. No entanto, estes aderiram apenas porque vinham a perder clientes para as pequenas barracas montadas na beira da estrada, munidas com grelhadores e carvão.

Muitas dessas barracas pertenciam precisamente àqueles que, meses antes, tinham vindo de África. De início juntavam-se apenas ex-colonos, que reviviam novamente os momentos passados em África. Mas aos poucos, a população começou a aderir e a parar na barraquinha para um petisco com um sabor diferente, saído das brasas do carvão queimado.

À medida que este tipo de restauração ia crescendo, os restaurantes convencionais iam perdendo clientes. Aos proprietários restavam duas opções: a primeira era tentarem acabar com os negócios à beira da estrada, sem condições de higiene e segurança alimentar; a segunda era adaptarem-se aos novos tempos. Numa primeira fase escolheram a primeira opção e muitos estabelecimentos acabaram por ser desmantelados por falta de condições. Mas isso fez com que os donos desses mesmos estabelecimentos se legalizassem e abrissem o seu próprio negócio, obrigando à adaptação do resto dos empresários da restauração.

Outra prática cultural que os retornados trouxeram consigo foi o seu espírito empreendedor, o que fez com que conseguissem vencer as adversidades. A sua capacidade de visão empresarial foi muito importante para o desenvolvimento de um país pouco industrializado e pouco qualificado, já que a maioria dos retornados tinha o ensino secundário, no mínimo, e tinha experiência de chefia. Segundo os censos de 1981, a percentagem dos retornados na vida activa era de 6%, sendo que 20% tinham empregos de chefia ou eram profissionais liberais (Pires, 1999).

Podemos dizer que, devido a este espírito, o país, na altura em alterações económicas e sociais profundas, acelerou o seu processo de crescimento enquanto sociedade democrática. Este fluxo migratório aumentou a percentagem de população activa, que vinha diminuindo em consequência das vagas de emigração para a Europa. Fez baixar a média de idades já que, antes do retorno, Portugal tinha uma população envelhecida e finalmente, tal como já foi aqui referido, aumentou o nível de qualificações escolares e profissionais da população portuguesa.

Outro aspecto que convém referir é o facto de, com o regresso dos ex-colonos,

muitos africanos, vindos das ex-colónias, terem feito o mesmo trajecto, criando uma corrente imigratória inédita naquela altura, dado que Portugal, na década de 1970, era um país de emigração (Pires, 1999:196)

Considerações finais

Angola foi, sem dúvida, a jóia da coroa após a independência do Brasil. Valeu a pena todo o esforço do Estado Novo, assim como da Monarquia e da I República, na construção e desenvolvimento desta colónia, que tantos frutos deu a Portugal. Concretizara-se assim a previsão de Paiva Couceiro, que sempre dissera que Angola seria uma província estável e rentável.

A ocupação foi bastante difícil durante os primeiros anos de colonização, mas depois os fluxos de novos colonos cresceu em flecha a partir dos anos de 1940. Esse crescimento não se deu por acaso, já que viver em Angola era mais atractivo em termos financeiros do que na metrópole. Não era fácil a ida dos novos colonos para África numa primeira fase, mas durante os anos em que lá viveram tiveram uma vida estável, feliz e com perspectivas de crescimento. No início da ocupação efectiva, entre o final do século XIX e o início do século XX, os colonos desenvolveram a agricultura e aos poucos foram-se construindo as infra-estruturas essenciais para se viver.

Com os Planos de Fomento, implementados pelo Estado Novo, Angola começou a industrializar-se e, com isso, aumentou a emigração de portugueses para o território. Mas apesar do crescimento, começavam a surgir as primeiras vozes de revolta no seio dos nativos.

Nos finais da década de 1950, surgem as primeiras reuniões clandestinas para a criação de movimentos anti-colonialistas. A sua intenção era expulsar o branco do território, que estava em crescimento, e criar um país independente. Com estas vozes de revolta, o Estado Novo decide mudar de políticas sociais, começando a dar um maior apoio ao nativo.

Contudo, não foi suficiente e a guerra acabou por eclodir e, com ela, veio o desmoronamento de todo o projecto colonial construído durante décadas.

O 25 de Abril de 1974 trouxe a insegurança a quem vivia em Angola, que se agravou ainda mais com a saída das tropas portuguesas já em 1975. Praticamente todos os retornados não guardam boas memórias da descolonização. Os ex-emigrantes acusam mesmo o Estado português de os ter abandonado à sua sorte e de os ter sempre marginalizado.

Para a maioria dos emigrantes das colónias, voltar era algo que não pretendiam fazer. Mas com o clima de insegurança, não houve outra solução. Para esses retornados, o processo que antecedeu a independência foi muito mal feito. Acreditam que, dando

mais tempo de adaptação às ex-colónias, tudo poderia ter sido diferente. Os colonos poderiam ter continuado a trabalhar, o país não pararia e teria continuado a sua evolução.

A altura em que estas pessoas chegaram coincidiu também com o período de mudanças sociais no nosso país. Portugal estava ainda a dar os primeiros passos na democracia, conquistada um ano antes, existia muita instabilidade política e vivia-se o rescaldo da tentativa de golpe de estado de 25 de Novembro de 1975. Os retornados sempre foram vistos como uma espécie de fora-da-lei por parte dos residentes da metrópole. No entanto, penso que o país lhes devia agradecer pelos conhecimentos e experiência que trouxeram das ex-colónias. Foram eles que foram preenchendo lacunas no tecido social português, que vinha perdendo jovens para a emigração. Foram os retornados que impulsionaram a imigração de nativos dos PALOP para o nosso país, algo inédito nessa altura. É ainda necessário apontar o espírito empreendedor desta gente, que muito contribuiu para o crescimento e evolução do país.

Este grupo, que tão ostracizado foi pelos governos democráticos, provocou mudanças profundas na sociedade portuguesa. Apesar de terem sido devidas a circunstâncias inesperadas, estas mudanças conduziram o país para um novo rumo, o da globalização.

Para finalizar, os retornados têm um dado curioso, porque partiram e levaram a cultura portuguesa para África. Estabeleceram-se e criaram a sua própria cultura, assimilando a cultura africana com a portuguesa, e após o retorno a Portugal trouxeram-na para Portugal. É por todas estas razões que não é errado dizer que o retornado é um agente da interculturalidade colonial.

Bibliografia

Alexandre, Valentim (1998) “As periferias e a implosão do império”. Coord. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. História da Expansão Portuguesa Vol. 4. Lisboa : Círculo de Leitores.

Alexandre, Valentim (1998) “Situações Coloniais II - O ponto de viragem: As Campanhas de ocupação (1890-1930)”. Coord. Francisco Bethencourt e Chaudhuri Kirti. História da Expansão Portuguesa Vol. 4. Lisboa : Círculo de Leitores.

Amaro, Rogério Roque (1985) “Reestruturações demográficas, económicas e sócio-culturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados”. Análise Social, Vol. XXI, 3-4-5.

Castelo, Cláudia. (2007) “Passagens para África - O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (1920-1974)”. Porto : Edições Afrontamento.

Henriques, Isabel Castro. (1999) “A sociedade colonial em África. Ideologias, hierarquias, quotidianos”. Coord. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. História da Expansão Portuguesa Vol. 5. Lisboa : Círculo de Leitores.

Lobato, Alexandre. (1953) “Emigração para Angola”. Boletim Geral do Ultramar, Vol. 25, Vida nas colónias Ultramarinas Junho-Julho, pp. 257-260.

Paulo, João Carlos. (1999) “Da "Educação Colonial Portuguesa" ao Ensino no Ultramar”. Coord. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. História da Expansão Portuguesa Vol. 5. Lisboa : Círculo de Leitores.

Pinto, António Costa. 1999. “A Guerra Colonial e o fim do Império Português”. Coord. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. História da Expansão Portuguesa Vol.5. Lisboa : Círculo de Leitores.

Pinto, Cláudia e Faria, Sofia. (1996) “Retornados - identidades de um grupo (in)conformado”. Coimbra : Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Pires, Rui Pena. (1999) “O Regresso das Colónias”. Coord. Francisco Bethencourt e Chaudhuri Kirti. História da Expansão Portuguesa Vol. 5. Lisboa : Círculo de Leitores.

Torres, Adelino. (S/D) “Pacto Colonial e Industrialização de Angola (Anos 60 e 70)”. Lisboa : Instituto Superior de Economia e Gestão.